



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 2976/2019-GP.

Aprova a revisão do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI 2019, do Poder Judiciário do Estado do Pará.

O Desembargador **Leonardo de Noronha Tavares**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO a aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI - 2019) através da Portaria nº 6226/2018-GP, publicada em 11/12/2018;

CONSIDERANDO, ainda, o expediente encaminhado sob o nº PA-MEM-2019/16842, pela Secretaria de Controle Interno,

RESOLVE:

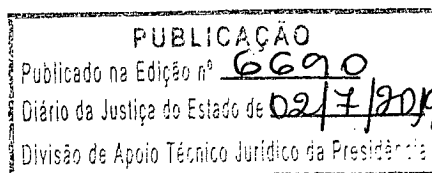
Art. 1º Aprovar a revisão do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna - PAAAI 2019, cujo inteiro teor segue anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

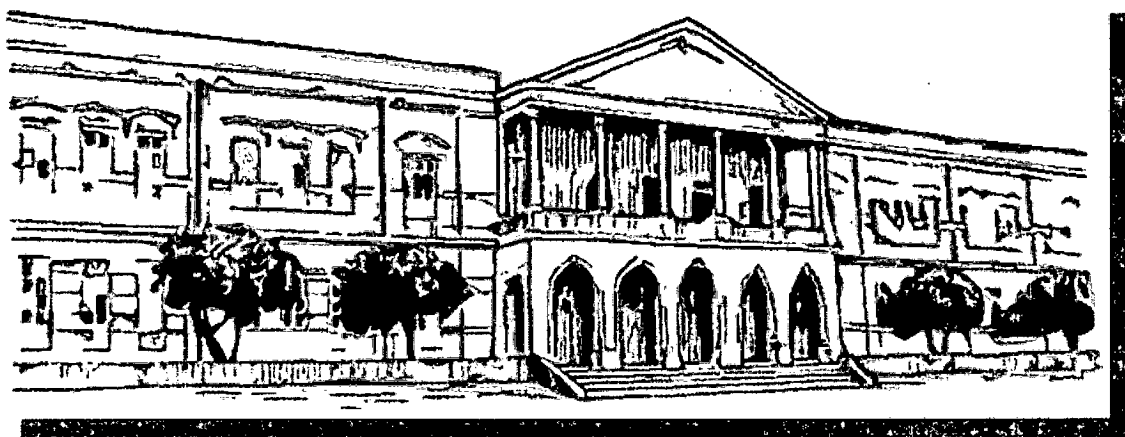
Belém, 24 de junho de 2019.

LEONARDO DE NORONHA TAVARES
Desembargador Presidente do TJPA





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAAAI

2019

(Revisado)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. DA DIVISÃO DE AUDITORIA.....	4
3. AUDITORIAS PREVISTAS.....	5
4. METODOLOGIA DE TRABALHO.....	6
5. EQUIPE DE AUDITORIA.....	6
6. CRONOGRAMA 2019	7
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	7
ANEXO I – Detalhamento das Auditorias	9
ANEXO II – Matriz de Priorização de Processos Auditáveis	16



1. INTRODUÇÃO

Em consonância com a segregação de funções de auditoria e controle interno implementada no TJPA, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI 2019), aprovado ao final de 2018 por meio da Portaria nº 6226/2018-GP, passou por um processo de revisão e ajuste no sentido de contemplar as mudanças requeridas em relação às atividades a serem executadas, que se encontram discriminadas no cronograma, item 6 do presente Plano.

O PAAAI 2019 apresenta o planejamento dos trabalhos de auditoria a serem realizados durante o exercício de 2019, conforme art. 9º, da Resolução CNJ 171/2013 e art. 74 da Constituição Federal, observando as diretrizes determinadas no Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2018-2021) deste TJPA, aprovado pela Portaria nº 5911/2017-GP, de 18 de dezembro de 2017.

O planejamento dos trabalhos de auditoria para o exercício de 2019 levou em consideração os seguintes aspectos:

- a) Alinhamento com as diretrizes do Plano de Gestão 2017-2019;
- b) Atendimento das orientações do CNJ;
- c) Quantitativo de pessoal da equipe de auditoria interna;
- d) Atribuições da Divisão de Auditoria; e
- e) Arquitetura de processos da área de suporte da Instituição.

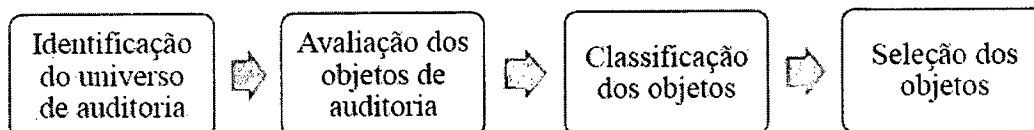
2. DA DIVISÃO DE AUDITORIA

A Divisão de Auditoria integra a Secretaria de Controle Interno – SCI, e conta com uma equipe composta por 6 (seis) servidores, tendo como principal atribuição a realização de auditorias sobre unidades e processos de trabalho da Instituição, incluindo os sistemas de pessoal, contábil, financeiro, patrimonial, de execução orçamentária e demais sistemas administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, observando os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e conformidade.



3. AUDITORIAS PREVISTAS

No exercício de 2018 os servidores da Divisão de Auditoria desenvolveram uma ação inédita na Instituição, com o propósito de sistematizar a escolha dos objetos a serem auditáveis, baseada em critérios objetivos. A ação perpassou as seguintes etapas:



A identificação do universo de auditoria consistiu, em um primeiro momento, no levantamento de macroprocessos e processos de trabalho da área de suporte do TJPA, de modo que dentro das 12 (doze) unidades que compõe a estrutura de gestão da Instituição, foram identificados 28 (vinte e oito) macroprocessos e 150 (cento e cinquenta) processos de trabalho.

Na etapa seguinte deu-se a avaliação dos processos de trabalho baseada em critérios de relevância, criticidade e materialidade, conforme metodologia específica e em observância ao art. 12 da Resolução CNJ nº 171/2013. Da avaliação resultou a atribuição de notas para cada critério.

Após a avaliação, gerou-se a classificação dos processos de acordo com a nota final, obtida pela soma das notas de relevância, criticidade e materialidade.

Como resultado desse trabalho, modelou-se a Arquitetura de Processos da área de suporte da Instituição, formalizando a visão das unidades, macroprocessos e processos em um formato estruturado, e viabilizando a classificação de processos e a definição de uma ordem de prioridade de objetos de auditoria. A esta classificação denominou-se Matriz de Priorização de Processos Auditáveis (Anexo II).

Com base na Matriz de Priorização, e levando-se em conta as ações coordenadas pelo CNJ previstas para o exercício de 2019, bem como a força de trabalho disponível na Divisão de Auditoria, passou-se à última etapa da ação, resultando na seleção de dois processos da área de suporte, aqueles que obtiveram as maiores notas finais, para inclusão no presente Plano.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Assim, seguindo as diretrizes elencadas no PALP e as orientações do CNJ, em consonância com o planejamento estratégico, estão programadas as seguintes ações de auditoria para serem desenvolvidas ao longo de 2019:

- Análise do Processo de Prestação de Contas do TJPA, Exercício 2018;
- Análise do Processo de Prestação de Contas da ESM, Exercício 2018;
- Auditoria Preventiva de Aquisições;
- Monitoramento da Gestão de Execução de Obras;
- Monitoramento da Execução Orçamentária;
- Auditoria Financeira e Contábil (Coordenada pelo CNJ);
- Auditoria de Gestão Documental (Coordenada pelo CNJ);
- Auditoria de Manutenção de Equipamentos e Instalações;
- Auditoria de Manutenção Predial.

Cabe ressaltar que essa programação pode sofrer alteração, tanto para atender demandas da alta gestão da Instituição como para atender às ações coordenadas pelo CNJ que possam vir a surgir durante a execução do Plano.

4. METODOLOGIA DE TRABALHO

A equipe de auditoria atuará de acordo com os procedimentos instituídos no Manual de Auditoria do TJPA, no Manual de Monitoramento de Auditorias, no Manual de Controles Internos, no Manual de Prestação de Contas de Gestão Anual ao TCE/PA, e na Resolução nº 171/2013 – CNJ, aplicando a metodologia e as técnicas adequadas a cada tipo de auditoria, e utilizando o Sistema AUDI.

5. EQUIPE DE AUDITORIA

Os exames de auditoria serão realizados pelos servidores lotados na Divisão de Auditoria e, conforme o caso, podendo agregar outros servidores da Secretaria de Controle Interno – SCI, o que propiciará maior participação das unidades desta SCI, garantindo, ao final dos exames, mais experiência e integração dos servidores da Secretaria. Adicionalmente, destaca-se que na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

montagem das equipes serão observadas as formações, habilidades e afinidades dos servidores com o objeto da auditoria.

6. CRONOGRAMA 2019

Os trabalhos da Divisão de Auditoria serão desenvolvidos nos períodos definidos no cronograma a seguir:

ATIVIDADES DE AUDITORIA	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	J U L	A G O	S E T	O T	N O V	D E Z
Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAAAI/2018	X	X										
01. Auditoria de Gestão (Processo de Contas-TJPA/2018)	X	X										
02. Auditoria de Gestão (Processo de Contas-ESM/2018)	X	X										
03. Auditoria de Manutenção de Equipamentos e Instalações	X	X	X	X								
04. Auditoria Orçamentária, Financeira e Contábil (Coordenada pelo CNJ)			X	X	X	X						
05. Auditoria Preventiva de Aquisições ⁽¹⁾			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
06. Monitoramento da Gestão de Execução de Obras ⁽¹⁾			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
07. Monitoramento da Execução Orçamentária ⁽¹⁾				X	X	X	X	X	X	X	X	X
08. Auditoria de Manutenção Predial								X	X	X	X	
09. Auditoria de Gestão Documental (Coordenada pelo CNJ)								X	X	X	X	
Elaboração do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna – PAAAI/2020											X	

⁽¹⁾ Atividades incluídas.

As auditorias relacionadas no quadro acima, enumeradas de 01 a 09, estão detalhadas no Anexo I deste Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos de Auditoria Interna objetivam agregar valor à Instituição, conscientizando sobre a importância de se estabelecer mecanismos de controle, auxiliando e fomentando o fortalecimento da Governança Institucional, bem como orientando a gestão na aplicação das normas e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

procedimentos legais e no cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e dos critérios que normatizam cada processo de trabalho específico.

Sob este aspecto, foi elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI) específico para o ano de 2019.

Destaca-se que todas as auditorias a serem realizadas no exercício de 2019 ocorrerão obrigatoriamente por meio do Sistema AUDI, enfatizando uma boa prática que já vem sendo seguida com sucesso há alguns anos.

É o Plano, o qual submete-se à aprovação.

Belém-PA, 26 de abril de 2019.

CARLOS AUGUSTO SOUSA JATENE

Chefe da Divisão de Auditoria



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

ANEXO I – Detalhamento das Auditorias

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
01. Auditoria de Gestão (Processo de Contas –TJPA/2018)						
Processo auditado: Prestação de Contas do TJPA/2018. Conhecimento Específico: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); Resolução CNJ nº 171/2014; art. 140 do Ato nº 73 de 26 de janeiro de 2016 do Regimento Interno do TCE/PA.	Risco: Inobservância dos objetivos, normas e princípios na gestão dos recursos públicos. Relevância: Cumprimento das formalidades e preceitos legais; Cumprimento das metas previstas para o exercício.	Auditoria de Gestão	Objetivo: avaliar a regularização e a transparência dos atos, bem como a confiabilidade dos registros contábeis.	Escopo: avaliação das informações e documentação constantes no processo de prestação de contas, conforme determina o TCE/PA.	Janeiro e fevereiro de 2019	Dois servidores
02. Auditoria de Gestão (Processo de Contas – ESM/2018)						
Processo auditado: Prestação de Contas da ESM/2018. Conhecimento Específico: Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBCASP); Resolução	Risco: Inobservância dos objetivos, normas e princípios na gestão dos recursos públicos. Relevância: Cumprimento das formalidades e preceitos legais; Cumprimento das	Auditoria de Gestão	Objetivo: avaliar a regularização e a transparência dos atos, bem como a confiabilidade dos registros contábeis.	Escopo: Avaliação das informações e documentação constantes no processo de prestação de conta, conforme determina o TCE/PA.	Janeiro e fevereiro de 2019	Dois servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
CNJ nº 171/2014; art. 140 do Ato nº 73 de 26 de janeiro de 2016 do Regimento Interno do TCE/PA; Regimento Interno da ESM.	metas previstas para o exercício.					
03. Auditoria de Manutenção de Equipamentos e Instalações						
Área/Processo auditado: Manutenção de equipamentos e instalações Conhecimento Específico: Conhecimentos técnicos em engenharia, arquitetura, manutenção de equipamentos e manutenção de instalações; Lei 8.666/93; Lei nº 13.589/2018; normas ABNT NBR nº 9050:2004, 16083:2012 e 13971:2014; dentre outras.	Risco: Ausência de implementação de controles internos nos processos da unidade; Deficiência no planejamento e na gestão; Ineficiência na alocação de recursos; Comprometimento à segurança dos usuários; Embaraço ao tráfego e à acessibilidade de pessoas; Vulnerabilidade à saúde dos usuários. Relevância: Observação do processo de trabalho aprovado; Cumprimento de normas e legislações aplicáveis; e	Auditoria de Conformidade e Operacional.	Objetivo: avaliar a existência e efetividade de controles internos nos processos de trabalho de manutenção de equipamentos e instalações.	Escopo: serão analisadas as rotinas e os processos de trabalho da unidade, de forma a identificar e avaliar o nível de segurança dos controles existentes; serão avaliadas também as ferramentas e técnicas de gestão utilizadas; será verificado o atendimento a requisitos estabelecidos em leis, regulamentos e normas técnicas.	Janeiro a abril de 2019.	Três servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
	Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA.					
04. Auditoria Orçamentária, Financeira e Contábil (Coordenada pelo CNJ)						
Áreas/processos auditados: Orçamento, Finanças, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão contábil Conhecimentos Específicos: Constituição Federal, arts. 165 a 169. Emenda Constitucional nº 95/2016. Lei de Responsabilidade Fiscal 101/00. Resoluções CNJ nº 195/2014 e 198/2014.	Riscos: Inobservância da distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus. Baixo percentual de recursos públicos aplicados nos planos estratégicos do Tribunal. Inconsistência nas Demonstrações Contábeis e descumprimento de preceitos legais. Relevância: Cumprimento das diretrizes estabelecidas nas resoluções editadas pelo CNJ.	Auditoria de Resultado (Ação Coordenada de Auditoria)	Objetivo: análise da adequação orçamentária e financeira aos requisitos estabelecidos nas Resoluções nº 195/2014 e nº 198/2014.	Escopo: análise dos demonstrativos da execução orçamentária e financeira, bem como das Demonstrações Financeiras do Tribunal.	Abril a junho de 2019	Três servidores
05. Auditoria Preventiva de Aquisições						
Áreas/processos auditados: Execução do Plano de Aquisições Conhecimentos	Riscos: Atrasos no processo de contratação; Desvios de padrão requerido para o objeto da aquisição;	Auditoria de Gestão	Objetivo: avaliação objetiva, sistemática e independente de contratações ainda em fase de elaboração, como por exemplo,	Escopo: Avaliação de Contratações, mediante análise do Plano de Aquisições do exercício 2019	Março a dezembro de 2019	Três servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
Específicos: Lei 8.666/93, Normas regulamentadoras do Pregão, Sistema de Registro de Preços e demais legislação correlata	Inconformidades dos artefatos que instruem o procedimento Contratações inadequadas Aumentos de custo do objeto durante a execução contratual; Relevância: Segurança e precisão no processo de contratações; Cumprimento de normas e legislações aplicáveis; e Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA		procedimentos licitatórios ainda não realizados ou contratação direta ainda em curso.			
06. Monitoramento da Gestão de Execução de Obras						
Área/Processo auditado: Gestão de Execução de Obras Conhecimento Específico: Conhecimentos técnicos em engenharia, arquitetura e contabilidade; Lei 8.666/93; Resolução CNJ nº 114/2010; Modelagem	Risco: Atrasos na execução de obra; Desvios de padrão requerido como resultado da obra; Aumentos de custo da obra por aditivos; Relevância:	Auditoria de Gestão.	Objetivo: Avaliar a existência e a efetividade de controles internos no processo de trabalho de gestão de execução de obra.	Escopo: serão analisadas as rotinas e os processos de trabalho da unidade, de forma a identificar e avaliar o nível de segurança dos controles existentes; serão avaliadas também as ferramentas e técnicas de gestão utilizadas;	Março a dezembro de 2019	Dois servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
de Processos; Gerenciamento de Riscos.	Segurança e precisão no processo de trabalho; Cumprimento de normas e legislações aplicáveis; e Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA.			será verificado o atendimento a requisitos estabelecidos em leis, regulamentos e normas técnicas.		
07. Monitoramento da Execução Orçamentária						
Área/ Processo auditado: Execução Orçamentária do TJPA Conhecimentos Específicos: Resolução CFC nº 1.135/2008 - Aprova a NBC T 16.2 - Controle Interno; Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA); Lei 4.320/64; Lei de Responsabilidade Fiscal 101/00; Sistema SIAFEM; Sistema Business Objects (BO) Modelagem de Processos; Gerenciamento de Riscos..	Riscos: Inobservância da distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus. Baixo percentual de recursos públicos aplicados nos planos estratégicos do tribunal. Inconsistência nas Demonstrações Contábeis e descumprimento de preceitos legais. Relevância: Cumprimento das diretrizes sobre orçamento público estabelecidas nas leis Federais. Cumprimento das diretrizes sobre orçamento público	Auditoria de Gestão	Objetivo: Análise da adequação orçamentária e financeira aos requisitos estabelecidos nas normas Estaduais e Federais, ao PPA e ao Planejamento Estratégico do TJPA.	Escopo: Análise dos demonstrativos da execução orçamentária e financeira, das Demonstrações Financeiras do Tribunal, bem como o alinhamento ao Planejamento Estratégico do TJPA.	Março a dezembro de 2019	Cinco servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
	estabelecidas nas leis Estaduais. Cumprimento das diretrizes estabelecidas nas resoluções editadas pelo CNJ. Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA.					
08. Auditoria de Manutenção Predial						
Área/Processo auditado: Manutenção Predial Conhecimento Específico: Conhecimentos técnicos em engenharia e manutenção predial; art. 937 do Código Civil; ABNT NBR 5674:2012; Lei 8.666/93; dentre outras.	Risco: Ausência de implementação de controles internos nos processos da unidade; Deficiência no planejamento e na gestão; Ineficiência na alocação de recursos; Comprometimento à segurança de usuários e bens da Instituição. Relevância: Observação do processo de trabalho aprovado; Cumprimento de normas e legislações aplicáveis; e Fortalecimento do sistema de	Auditoria de Conformidade e Operacional.	Objetivo: avaliar a existência e efetividade de controles internos nos processos de trabalho de manutenção predial.	Escopo: serão analisadas as rotinas e os processos de trabalho da unidade, de forma a identificar e avaliar o nível de segurança dos controles existentes; serão avaliadas também as ferramentas e técnicas de gestão utilizadas; será verificado o atendimento a requisitos estabelecidos em leis, regulamentos e normas técnicas.	Agosto a novembro de 2019	Três servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Descrição	Risco e Relevância	Classificação	Objetivo	Escopo	Data	Equipe
	controles internos do TJPA.					
09. Auditoria de Gestão Documental (Coordenada pelo CNJ)						
Área/Processo auditado: Documentação e Arquivo Conhecimento Específico: Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME); Recomendações CNJ nº 037/2011 e 046/2013.	Risco: Degradação física de documentos e processos. Obsolescência tecnológica de <i>hardware</i> , <i>software</i> e formatos, fragilizando a autenticidade, integridade, segurança, preservação e acesso de longo prazo de documentos e processos digitais/eletrônicos. Relevância: Preservação, pesquisa e divulgação da história do Poder Judiciário, bem como das informações de caráter histórico contida nos acervos judiciais.	Auditoria de Conformidade e Operacional.	Objetivo: análise do atendimento aos requisitos e instrumentos necessários à gestão documental, bem como à sistemática à sua aplicação, instituídas pelo PRONAME.	Escopo: avaliação sobre a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação dos documentos que são gerados, e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.	Agosto a novembro de 2019	Três servidores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

ANEXO II – Matriz de Priorização de Processos Auditáveis

MACROPROCESSO	PROCESSO	Relevância (A)	Criticidade (B)	Materialidade (C)	NOTA FINAL (A+B+C)
Manutenção	Manutenção de equipamentos e instalações	2	6	3	11
Manutenção	Manutenção predial	2	5	3	10
Administração do Quadro de Pessoal	Folha de pagamento	2	3	5	10
Administração do Quadro de Pessoal	Concessão e administração de benefícios estatutários e previdenciários	2	4	4	10
Gestão de Patrimônio e Serviços	Gestão de bens móveis	2	4	3	9
Gestão de Patrimônio e Serviços	Gestão de bens imóveis	2	4	3	9
Gestão de Patrimônio e Serviços	Manutenção de veículos	2	4	3	9
Desenvolvimento de Sistema	Desenvolvimento de <i>software</i>	2	3	4	9
Suporte a Serviços	Gerenciamento de incidentes e solicitações	2	3	4	9
Infraestrutura de TIC	Continuidade de serviços essenciais	2	4	3	9
Segurança da Informação	Gerenciamento de risco em segurança da informação	2	4	3	9
Segurança Orgânica e Inteligência	Gestão de segurança patrimonial e de instalações	2	5	2	9
Imprensa	Comunicação institucional	2	4	3	9
Auditoria	Monitoramento de processos de trabalho	2	6	0	8
Auditoria	Acompanhamento orçamentário	2	6	0	8
Estudos e Projetos	Gestão de mudanças	2	6	0	8
Obras	Gestão de execução de obras	2	3	3	8
Obras	Gestão de garantia de obras	2	6	0	8
Ensino, Pesquisa e Extensão	Desenvolvimento de projetos de pesquisa	2	6	0	8
Ensino, Pesquisa e Extensão	Execução de planos de ensino	2	4	2	8
Ensino, Pesquisa e Extensão	Contratação de discentes	2	5	1	8
Gestão de Patrimônio e Serviços	Gestão de suprimentos	2	3	3	8
Gestão de Patrimônio e Serviços	Gestão de serviços	2	2	4	8
Gestão de Documentação e Informação	Gestão de acervo bibliográfico	2	4	2	8



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

MACROPROCESSO	PROCESSO	Relevância (A)	Criticidade (B)	Materialidade (C)	NOTA FINAL (A+B+C)
Gestão de Documentação e Informação	Gestão de acervo histórico	2	6	0	8
Desenvolvimento de Pessoal	Gerenciamento de plataforma EAD	2	6	0	8
Prevenção e Assistência à Saúde	Atendimento médico e enfermagem	1	4	3	8
Prevenção e Assistência à Saúde	Plano de assistência à saúde	2	4	2	8
Gestão de Planejamento e Orçamento	Gerenciamento dos créditos orçamentários	2	6	0	8
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Concessão de diárias e passagens aéreas	2	3	3	8
Infraestrutura de TIC	Aferição e <i>upgrade</i> de sistema de dados	1	5	2	8
Governança de TIC	Aquisição de soluções	2	3	3	8
Segurança Orgânica e Inteligência	Levantamento de inteligência	2	6	0	8
Cerimonial e Relações Públicas	Relações públicas	2	4	2	8
Imprensa	Publicidade - mídias	2	4	2	8
Gestão de Arrecadação	Arrecadação das custas processuais	2	3	2	7
Auditoria	Acompanhamento das receitas	2	5	0	7
Estudos e Projetos	Planejamento de obras	2	5	0	7
Estudos e Projetos	Desenvolvimento de projetos	2	3	2	7
Estudos e Projetos	Estudos de viabilidade	2	5	0	7
Ensino, Pesquisa e Extensão	Planejamento de atividades de extensão	2	5	0	7
Ensino, Pesquisa e Extensão	Gestão documental	2	5	0	7
Gestão de Contratações e Aquisições	Leilão administrativo	2	5	0	7
Gestão de Patrimônio e Serviços	Controle e monitoramento de veículos	2	2	3	7
Gestão de Documentação e Informação	Planejamento e execução de eventos expositivos	1	6	0	7
Desenvolvimento de Pessoal	Contratação de treinamento	0	4	3	7
Prevenção e Assistência à Saúde	Saúde ocupacional	1	5	1	7
Administração do Quadro de Pessoal	Registro e administração de informação funcional	2	5	0	7
Administração do Quadro de Pessoal	Parametrização do sistema	2	5	0	7



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

MACROPROCESSO	PROCESSO	Relevância (A)	Criticidade (B)	Materialidade (C)	NOTA FINAL (A+B+C)
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Gerenciamento dos registros patrimoniais	2	5	0	7
Gestão de Arrecadação	Aquisição e comercialização de selos de segurança	2	4	1	7
Suporte a Serviços	Treinamento e implantação de sistemas (PJE e SEEU)	2	4	1	7
Governança de TIC	Solicitação de demanda e gestão de projetos de TI	2	5	0	7
Governança de TIC	Gestão de contratos	1	6	0	7
Segurança Orgânica e Inteligência	Gestão de segurança de pessoas	2	5	0	7
Cerimonial e Relações Públicas	Planejamento e organização de eventos	2	4	1	7
Gestão de Resíduos	Gestão de resíduos	2	4	1	7
Disciplinação	Sindicância apurativa	2	5	0	7
Disciplinação	Processo administrativo disciplinar	2	5	0	7
Prestação da Contas	Prestação de contas mensal para o Estado	2	5	0	7
Auditoria	Análise das prestações de contas	2	4	0	6
Auditoria	Fiscalização de obras	2	4	0	6
Ensino, Pesquisa e Extensão	Planejamento de atividades de ensino (formação inicial e continuada)	2	4	0	6
Ensino, Pesquisa e Extensão	Planejamento de atividades de ensino (formação de formadores)	2	4	0	6
Ensino, Pesquisa e Extensão	Prestação de contas	1	5	0	6
Gestão de Contratações e Aquisições	Gestão de convênios e congêneres	2	2	2	6
Desenvolvimento de Pessoal	Execução da formação inicial de servidores	2	4	0	6
Desenvolvimento de Pessoal	Implantação do modelo de gestão por competência	2	4	0	6
Prevenção e Assistência à Saúde	Orientação e atendimento odontológico	2	3	1	6
Prevenção e Assistência à Saúde	Atendimento psicossocial	2	4	0	6
Prevenção e Assistência à Saúde	Perícia de saúde	2	4	0	6
Administração do Quadro de Pessoal	Processo de identificação funcional	2	4	0	6
Gestão de Planejamento e Orçamento	Planejamento e controle	2	4	0	6
Gestão de Planejamento e Orçamento	Gestão do Planejamento Estratégico	2	4	0	6



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

MACROPROCESSO	PROCESSO	Relevância (A)	Criticidade (B)	Materialidade (C)	NOTA FINAL (A+B+C)
Gestão de Planejamento e Orçamento	Análise de expansão judiciária	2	4	0	6
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Planejamento e controle	2	4	0	6
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Gerenciamento dos créditos orçamentários	2	4	0	6
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Gerenciamento da programação financeira	2	4	0	6
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Gerenciamento da conformidade contábil	2	4	0	6
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Encerramento contábil do exercício	2	4	0	6
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Suprimento de fundos	2	3	1	6
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Acompanhamento das receitas do FRJ/TJ	2	4	0	6
Desenvolvimento de Sistema	Sustentação	2	4	0	6
Desenvolvimento de Sistema	Gerenciamento de solução de <i>software</i>	0	5	1	6
Suporte a Serviços	Gerenciamento de catálogo de serviços	2	4	0	6
Suporte a Serviços	Gerenciamento de ativos de microinformática	1	3	2	6
Disciplinação	Sindicância investigativa	1	5	0	6
Gestão de Arrecadação	Restituição de custas processuais	2	4	0	6
Gestão de Arrecadação	Arrecadação das taxas de fiscalização	2	4	0	6
Gestão de Arrecadação	Arrecadação das taxas de apoio ao Registro Civil	2	4	0	6
Gestão de Arrecadação	Fiscalização da arrecadação do Fundo de Registro Civil	2	4	0	6
Auditoria	Inspeção	1	4	0	5
Ensino, Pesquisa e Extensão	Gestão financeira de suprimento de fundos	1	4	0	5
Gestão de Contratações e Aquisições	Contratação direta - dispensas e inexigibilidades	2	3	0	5
Gestão de Contratações e Aquisições	Gestão de atas de registro de preços	2	3	0	5
Gestão de Patrimônio e Serviços	Inventário de bens móveis	1	4	0	5
Gestão de Patrimônio e Serviços	Inventário de almoxarifados	1	4	0	5
Desenvolvimento de Pessoal	Avaliação de estágio probatório	2	3	0	5
Desenvolvimento de Pessoal	Avaliação periódica de desempenho	2	3	0	5
Administração do Quadro de Pessoal	Admissão de servidores efetivos e comissionados	2	2	1	5
Administração do Quadro de Pessoal	Movimentação interna de servidores	1	4	0	5



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

MACROPROCESSO	PROCESSO	Relevância (A)	Criticidade (B)	Materialidade (C)	NOTA FINAL (A+B+C)
Administração do Quadro de Pessoal	Movimentação externa de servidores	1	4	0	5
Gestão de Planejamento e Orçamento	Elaboração de estatísticas	2	3	0	5
Gestão de Planejamento e Orçamento	Elaboração da proposta orçamentária	2	3	0	5
Gestão de Planejamento e Orçamento	Gestão do Plano de Gestão	2	3	0	5
Gestão de Execução Orçamentária e Financeira	Gerenciamento da execução financeira	2	3	0	5
Gestão de Depósitos Judiciais	Balanço mensal por comarca	2	3	0	5
Gestão de Depósitos Judiciais	Gestão de cadastro de usuários do sistema	1	4	0	5
Desenvolvimento de Sistema	Gerenciamento de liberações	0	5	0	5
Suporte a Serviços	Gerenciamento da Central de Serviços	2	3	0	5
Suporte a Serviços	Monitoramento e aferição de ANS	1	4	0	5
Suporte a Serviços	Gerenciamento de nível de serviço	1	4	0	5
Infraestrutura de TIC	Monitoramento e aferição de ANS	1	4	0	5
Infraestrutura de TIC	Gerenciamento de nível de serviço	1	4	0	5
Expedição de Precatório	Documentação	2	3	0	5
Expedição de Precatório	Autuação	2	3	0	5
Expedição de Precatório	Manifestação do Ministério Público	2	3	0	5
Expedição de Precatório	Manifestação do Juiz de Precatório	2	3	0	5
Expedição de Precatório	Precatório	2	3	0	5
Gestão da Execução dos Precatórios	Sequestro	2	3	0	5
Gestão de Arrecadação	Fiscalização da arrecadação dos serviços extrajudiciais	2	3	0	5
Gestão de Contratações e Aquisições	Licitação	2	2	0	4
Gestão de Contratações e Aquisições	Adesão a atas de registro de preços de outros órgãos	2	2	0	4
Gestão de Patrimônio e Serviços	Gestão de aquisições	2	2	0	4
Gestão de Documentação e Informação	Gestão de arquivos intermediários	2	2	0	4
Gestão de Documentação e Informação	Gestão de arquivos permanentes	2	2	0	4
Desenvolvimento de Pessoal	Ingresso de estágio	0	4	0	4
Desenvolvimento de Pessoal	Pagamento de estagiário	0	4	0	4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

MACROPROCESSO	PROCESSO	Relevância (A)	Criticidade (B)	Materialidade (C)	NOTA FINAL (A+B+C)
Desenvolvimento de Pessoal	Elaboração de plano de capacitação	0	4	0	4
Desenvolvimento de Pessoal	Avaliação e controle de frequência	0	4	0	4
Desenvolvimento de Pessoal	Gerenciamento da licença para estudo	0	4	0	4
Gestão de Planejamento e Orçamento	Gestão do Plano Plurianual	2	2	0	4
Gestão de Planejamento e Orçamento	Gestão de projetos	2	2	0	4
Gestão de Arrecadação	Fiscalização da arrecadação dos serviços judiciais	2	2	0	4
Gestão de Depósitos Judiciais	Conciliação	1	3	0	4
Gestão de Depósitos Judiciais	Ordem bancária eletrônica	1	3	0	4
Suporte a Serviços	Gerenciamento de problemas	0	4	0	4
Infraestrutura de TIC	Gerenciamento de mudanças	0	4	0	4
Expedição de Precatório	Planejamento anual para pagamento de precatórios	2	2	0	4
Gestão da Execução dos Precatórios	Acompanhamento mensal de pagamento junto às Fazendas devedoras	2	2	0	4
Gestão da Execução dos Precatórios	Pagamento de precatórios	2	2	0	4
Gestão da Execução dos Precatórios	Liquidação	2	2	0	4
Gestão da Execução dos Precatórios	Arquivamento	2	2	0	4
Auditoria	Auditoria	1	2	0	3
Auditoria	Monitoramento de auditoria	1	2	0	3
Gestão de Contratações e Aquisições	Gestão de contratos	2	1	0	3
Desenvolvimento de Sistema	Gerenciamento de mudanças	0	3	0	3
Suporte a Serviços	Gerenciamento de mudanças	0	3	0	3
Infraestrutura de TIC	Gerenciamento de capacidade	0	3	0	3
Governança de TIC	Planejamento estratégico e tático operacional	0	3	0	3